



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**ATA DA 257ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

1 Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às quatorze horas e quarenta minutos,  
2 na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios,  
3 teve início a Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT,  
4 Leonardo Roscoe Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Benis Silva  
5 Queiroz Bastos, José Firmo Reis Soub, Antonio Ezequiel de Araújo Neto, e o Corregedor-Geral do  
6 MPDFT, Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho. Ausentes, justificadamente, os  
7 Conselheiros, Procuradores de Justiça, Ruth Kicis Torrents Pereira, Petrônio Calmon Alves Cardoso  
8 Filho e Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza. **I – SESSÃO SOLENE DE POSSE.** A  
9 sessão solene, inicialmente designada para o dia 16 de outubro de 2017, foi remarcada para o dia 19  
10 de outubro de 2017, em virtude de falta de energia no Edifício Sede do MPDFT na data original.  
11 Compareceram perante o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e  
12 Territórios e Presidente do Conselho Superior, Leonardo Roscoe Bessa, a fim de tomarem posse  
13 como Membros Titulares, a Procuradora de Justiça Katie de Sousa Lima Coelho, eleita pelo Colégio  
14 de Procuradores e Promotores de Justiça, e os Procuradores de Justiça Arinda Fernandes e Mauro  
15 Faria de Lima, eleitos pelos seus pares, Procuradores de Justiça. As eleições ocorreram,  
16 respectivamente, nos dias 13 de setembro e 14 de setembro de 2017, para mandato de dois anos,  
17 correspondente ao biênio de 1º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2019, nas ordens de votação  
18 constantes das respectivas atas de apuração de votos. Todos foram eleitos para compor o Egrégio  
19 Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de acordo com o disposto  
20 no artigo 163, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993. Os Conselheiros  
21 empossados Arinda Fernandes, Katie de Sousa Lima Coelho e Mauro Faria de Lima, fizeram uso da  
22 palavra. O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto, designado para falar pelo Colegiado  
23 acudiu à Tribuna para as boas vindas aos novos Conselheiros. **II – ELEIÇÃO PARA VICE-**  
24 **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR.** O Conselheiro José Firmo Reis Soub foi eleito, à  
25 unanimidade, pelo eg. Conselho Superior do MPDFT, para mandato de um ano. **III – ELEIÇÃO**  
26 **PARA SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPEIOR.** A Conselheira Arinda Fernandes foi eleita, à  
27 unanimidade, pelo eg. Conselho Superior do MPDFT, para mandato de um ano. **IV –**  
28 **EXPEDIENTE.** **1. APROVAÇÃO DA ATA DAS SESSÕES ANTERIORES.** O Conselho  
29 Superior, à unanimidade, aprovou a ata da 256ª Sessão Ordinária, de 14 de setembro de 2017, da  
30 205ª Sessão Extraordinária, de 25 de setembro de 2017, e da 206ª Sessão Extraordinária, de 2 de  
31 outubro de 2017. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA.** **A.** Ofício-Circular n.º  
32 00055/2017/CN-CNMP, de 8 de agosto de 2017 (*Tabularium* n.º 08191.081436/2017-50). O  
33 presidente deu ciência ao Colegiado do referido expediente em que o Corregedor Nacional do  
34 Ministério Público, Cláudio Henrique Portela do Rego, encaminha a “Recomendação de Caráter  
35 Geral CN-CNMP n.º 04/2017”, estabelecendo diretrizes para o tratamento, fluxo procedimental e  
36 metodologia de utilização, no âmbito do Ministério Público brasileiro, dos dados oriundos de  
37 relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. **B.**  
38 Portaria 1287 de 19 de outubro de 2017 – que estabelece nova prorrogação dos mandatos dos  
39 membros das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPDFT por 90 (noventa) dias. O Conselho  
40 Superior, à unanimidade, homologou a prorrogação dos mandatos. **3. COMUNICAÇÕES DA**  
41 **PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO – PDDC.** Não houve  
42 comunicações. **4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA.** **A.** Memorando n.º 2979/2017 –  
43 Ouvidoria, de 6 de outubro de 2017 (*Tabularium* n.º 08191.105370/2017-09), em que a Ouvidora do  
44 MPDFT, Rose Meire Cyrillo, Promotora de Justiça, encaminha o relatório mensal da Ouvidoria do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**CONSELHO SUPERIOR**

45 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativo ao mês de setembro de 2017; **B.**  
46 Memorando nº 079/2017 – SIC, de 6 de outubro de 2017 (*Tabularium* nº 08191.105365/2017-98),  
47 em que a Ouvidora do MPDFT, Promotora de Justiça Rose Meire Cyrillo, encaminha o relatório dos  
48 Pedidos de Informação, segundo a Lei 12.527/2011, relativo ao mês de setembro de 2017; **C.**  
49 Memorando nº 2981/2017 – Ouvidoria, de 6 de outubro de 2017 (*Tabularium* nº  
50 08191.105385/2017-69), em que a Ouvidora do MPDFT, Promotora de Justiça Rose Meire Cyrillo,  
51 encaminha a Súmula Trimestral da Ouvidoria do MPDFT, que versa sobre o tema “Patrimônio  
52 Público e Social do Distrito Federal”. A Ouvidora do MPDFT, Promotora de Justiça Rose Meire  
53 Cyrillo, destacou a carta de serviço ao cidadão e a Rede Ouvir. Ressaltou que a partir de março  
54 passou a exercer com exclusividade a função de Ouvidora. Agradeceu o apoio recebido do  
55 Procurador-Geral de Justiça e toda a sua equipe. O Presidente do Conselho Superior destacou a  
56 importância do trabalho desenvolvido pela Ouvidoria. A Conselheira Katie de Sousa Lima Coelho  
57 ressaltou a competência da ouvidora, aduziu que a Ouvidora tem elevado o nome do Ministério  
58 Público do Distrito Federal e Territórios, além de ter facilitado o acesso da população ao Órgão. O  
59 Conselheiro Mauro Faria de Lima destacou a dimensão que o trabalho da Ouvidoria atingiu com a  
60 atuação da Ouvidora. O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou os relatórios e a Súmula  
61 apresentados. **5. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL. A.** Encaminhamento de  
62 cópia das decisões que determinam o arquivamento dos seguintes Procedimentos: (1) PGA nº  
63 08191.049084/2017-48; (2) PGA nº 08191.060863/2017-02; (3) PGA nº 08191.103495/2016-13; (4)  
64 PGA nº 08191.069447/2017-61. O Conselheiro Mauro Faria de Lima destacou o Expediente  
65 08191.103495/2016-13. O Conselheiro Ezequiel Neto destacou o Expediente 08191.069447/2017-  
66 61 e abriu debate sobre denúncias e reclamações anônimas recebidas no MPDFT. As Dras. Katie  
67 Coelho e Arinda Fernandes discorreram sobre a importância dessas denúncias que, mesmo  
68 anônimas, podem ensejar a atuação do MPDFT em muitas situações. O Conselheiro Ezequiel Neto  
69 propôs a remessa do Procedimento à Secretaria Geral do MPDFT para os fins pertinentes. O  
70 presidente, a seu turno, sugeriu a remessa a uma Promotoria Criminal e o Colegiado decidiu por  
71 acatar a proposta da presidência, vencidas as Conselheiras Arinda Fernandes e Katie Coelho. (5)  
72 PGA nº 196/GCG/2017, de 13 de outubro de 2017 (*Tabularium* nº 08191.107778/2017-15), em que  
73 o Corregedor-Geral do MPDFT em exercício, Dr. José Valdenor Queiroz Júnior, solicita  
74 prorrogação do prazo previsto nos artigos 43, inciso III, e 54 da Resolução CSMDPFT nº 223/2016.  
75 O eg. Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a prorrogação solicitada; **C.** Memorando nº  
76 199/GCG/2017, de 16 de outubro de 2017 (*Tabularium* nº 08191.108111/2017-21), em que a Chefe  
77 de Gabinete da Corregedoria-Geral, Karina Soares Rocha, comunica que as visitas de correição às  
78 Promotorias de Justiça de Defesa da Filiação (PROFIDE-BSI), Promotorias de Justiça de Águas  
79 Claras, 19ª Promotoria de Justiça Eleitoral do Distrito Federal (19ª PROELDF) e às Promotorias de  
80 Justiça do Guará serão realizadas nos dias 6 a 9 de novembro de 2017, conforme cronograma da  
81 Correição Ordinária de 2017. **V – ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08191.072060/2017-92.**  
82 Interessada: Assessoria Especial para Processo Eletrônico. Assunto: *Proposta de alteração da*  
83 *Resolução 197, de 10 de maio de 2015.* Relatora: Conselheira BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS.  
84 **Decisão:** O Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida da Assessoria Especial  
85 para Processo Eletrônico/PJG, fez exposição sobre a matéria e respondeu dúvidas suscitadas pelos  
86 Conselheiros. O Conselheiro Ezequiel Neto sugeriu à Relatora adequação da redação de alguns  
87 dispositivos, substituindo parágrafos por incisos, o que foi acolhido. O Conselho Superior, à  
88 unanimidade, acompanhou o voto da Relatora pela aprovação da Proposta de Resolução  
89 apresentada, ficando revogada a Resolução CSMDPFT nº 197/2015. **2. Processo nº**  
90 **08191.098730/2017-09.** Interessado: Promotor de Justiça Bruno Amaral Machado. Assunto:  
91 *Afastamento participar como conferencista no Congresso Internacional sobre "Criminologia*  
92 *Mediática, Justiça Penal e Política Criminal", em Bogotá-Colômbia nos dias 8 a 10 de novembro*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**CONSELHO SUPERIOR**

93 *de 2017*. Relator: Conselheiro JOSE FIRMO REIS SOUB. **Decisão:** O Conselho Superior, à  
94 unanimidade, acompanhou o Relator pela autorização do afastamento do Promotor de Justiça Bruno  
95 Amaral Machado, para participação no referido evento, devendo o Promotor de Justiça interessado  
96 apresentar à SECOR, no prazo de quinze dias, cópia do certificado de participação de curso e  
97 relatório avaliativo do evento, conforme dispõe o art. 26, da Resolução CSMDPFT nº 225/2016. **VI**  
98 **- MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** A Conselheira Arinda Fernandes sugeriu o nome  
99 da Conselheira Benis Silva Queiroz Bastos para Substituta da Secretaria Executiva do Conselho  
100 Superior. Foi designado o dia 13 de Novembro para a próxima Sessão Ordinária do Colegiado. Para  
101 constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai  
102 assinada por mim e pelo Presidente do Conselho Superior.

LEONARDO ROSCOE BESSA  
Presidente do Conselho Superior  
Procurador-Geral de Justiça

ARINDA FERNANDES  
Secretária do CSMPDFT  
Procuradora de Justiça

Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 14/11/2017.

LEONARDO ROSCOE BESSA - PGJ em 14/11/2017.

.